



Aos Trabalhadores das Carreiras de Investigação Criminal da Polícia Judiciária

CONTRA A IMPOSIÇÃO! EXIGIMOS NEGOCIAÇÃO!

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais vem dar público descontentamento na recondução da Ministra da Justiça, sendo visto como um sinal que os problemas existentes na Polícia Judiciária - há mais de 20 anos identificados e que vão continuar sem correcção com o novo Estatuto Profissional, publicado pelo DL 138/2019, de 13/09 -, não só se mantêm inalterados como foram adensados, porquanto:

NA CARREIRA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

- a) Existe uma perda efetiva na valorização profissional, em resultado de uma inaceitável tabela remuneratória, originando falta de atratividade da carreira e afastando-a de carreiras conexas como as Magistraturas Judiciais e do Ministério Público;
- b) Cria um inaceitável fosso salarial entre a classe dirigente (indexada à Magistratura Judicial) e a carreira de investigação criminal;
- c) Não foi resolvida a limitação da jornada de trabalho, mantendo a sua total desregulação;
- d) Não foi resolvido o enquadramento legal do trabalho realizado fora de piquetes, prevenções e turnos;
- e) Não contempla o pagamento de trabalho suplementar para quem não está enquadrado no regime de piquete, prevenção e turnos, gerando ilegalidades financeiras caso se recorra ao pagamento via prevenções, insistindo no não cumprimento da condenação em 2014, por violação da Carta Social Europeia;
- f) Impõe o fim da utilização dos transportes públicos nos moldes realizados há décadas, resultando na perda efetiva da remuneração mensal;
- g) Atribuem capacidades diminuídas aos investigadores no regime da posse de armas de fogo em relação, pasme-se, a qualquer cidadão;
- h) Não resolve o problema das doenças profissionais, tendo os investigadores um regime mais desfavorável do que os restantes trabalhadores da administração pública;
- i) Não resolve o problema dos concursos, tanto externos como internos, perpetuando medidas que originam constante beligerância administrativa e judicial e falta de atratividade da carreira;
- j) Deixa para as calendas gregas a regulamentação de aspetos importantes e determinantes como o subsídio de risco, disponibilidade, salubridade, acesso à medicina do trabalho, regime de avaliação, entre outras...;

NA CARREIRA DE APOIO À INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

- a) Destroí o vínculo de nomeação à função pública alterando unilateralmente e a “meio do jogo” os contratos de trabalho celebrados, alguns com décadas de vigência;
- b) Origina claros retrocessos remuneratórios para as novas contratações, em comparação com aqueles que subsistem nas carreiras atuais;
- c) Promove divisões artificiais entre trabalhadores, criando lugares de “primeira e de segunda”, dentro de carreiras com conteúdos funcionais semelhantes;
- d) Põe fim à harmonização e equilíbrios funcionais entre a carreira de investigação criminal e as carreiras do apoio.

Não menos importante do que o desconforto objetivo e direto nas carreiras é a forma como a Ministra da Justiça, ora reconduzida, lida com o cumprimento da Constituição e da Lei, parecendo um paradoxo, visto tratar-se de uma insigne Magistrada do Ministério Público, já com lugar reservado como Juíza do Supremo Tribunal de Justiça, em virtude de:

1. Na reunião de 30 de maio/2019 (antes da aprovação do Estatuto Profissional e de acordo com a LTFP), a Ministra comprometeu-se com a Federação em dar seguimento ao processo de negociação coletiva, ficando assente a metodologia, a saber: após a entrega da nossa contraproposta, seria feita a negociação artigo a artigo;
2. Esta deliberação nunca foi cumprida, sendo posteriormente transformada numa *famigerada* consulta pública;
3. Estamos desde 30 de maio/2019 à espera de ter acesso à Ata e gravação da reunião, já devidamente notificada para esse efeito, a Ministra mantém, ilegalmente, a recusa ao seu acesso.

É por estas razões objetivas - e não deixando de considerar que as políticas para a PJ se sobrepõem às pessoas - não podemos deixar de afirmar que a sua recondução representa uma afronta aos trabalhadores da Polícia Judiciária, tendo estes decidido encetar novas medidas de luta, nomeadamente:

- Avaliar a possibilidade da solicitação à Provedoria de Justiça que peticione junto do Tribunal Constitucional pela declaração de inconstitucionalidade, por violação do direito à negociação coletiva;
- Solicitar a todos os grupos parlamentares na Assembleia da República que entreguem uma proposta de Lei para revogação integral do Decreto-Lei n.º 138/2019, de 13 de setembro;
- Renovação do período de greve ao trabalho suplementar em curso, que termina em 31 de outubro, prolongando-o até 31 de dezembro de 2019.

Tendo por base os diversos documentos entregues à Ministra da Justiça, manifestamos a nossa total disponibilidade para o respetivo processo negocial - desde que realizado de acordo com a lei e cumprindo-se o direito à negociação coletiva - renovando inequivocamente toda a nossa vontade negocial.

UNIDOS E ORGANIZADOS

OS TRABALHADORES TERÃO MAIS FORÇA!

SINDICALIZA-TE  **no STFPSCentro**
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização



Coimbra, Outubro de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

